

| 658 | CRESCIMENTO URBANO, CONEXÕES SOCIAIS E MODOS
DE VIDA NO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS:
CONSIDERAÇÕES NA ESCALA LOCAL

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia, Bruno Henrique Colombari Moreira, Jobair Assis Rangel, Jobair Assis Rangel, Sandra Maria Fonseca da Costa

Resumo

A intensificação do processo de urbanização na Amazônia, verificado nas últimas décadas, causou muitas transformações sócio-espacial-ambientais. Entre estas mudanças está a emergência das cidades como importante elemento dentro do espaço regional. Predominantemente, estas cidades são pequenos aglomerados urbanos, com menos de vinte mil habitantes, que se emanciparam recentemente ou foram fundadas há muitos anos, e que possuem fraca ou nenhuma infraestrutura, e são fortemente dependentes do repasse de recursos públicos. Em relação à cidade de Ponta de Pedras, localizada na ilha de Marajó, observa-se uma estreita relação entre seu crescimento e a aumento da produção de açaí. Nesse sentido, esse artigo pretende realizar um estudo de uma cidade considerada de pequeno porte, porém fortemente ligada tanto à economia rural como à rede urbana regional, localizada no estado do Pará, na região do estuário do rio Amazonas: Ponta de Pedras, segundo município brasileiro produtor de açaí. Essa cidade foi selecionada para podermos fazer o contraponto da interdependência entre a economia rural e urbana deste município e suas implicações para crescimento urbano e, ao mesmo tempo, tentarmos estabelecer perfis de moradores urbanos de pequenas cidades na Amazônia, em função da situação econômica do município.

Palavras-chave: crescimento urbano, pequenas cidades, Amazônia, açaí.

1. Introdução

Desde 1950, a rede urbana brasileira tem presenciado transformações radicais. Estas transformações possibilitaram que a rede urbana com “configuração de nucleação esparsa, litorânea e desarticulada” passasse a incorporar localidades urbanas de porte considerável em todos os pontos do território, surgindo cidades metropolitanas que se inserem entre as maiores do mundo e a dispor de uma malha complexa de interligação viária entre as mais distantes localidades do território brasileiro (MARTINE et al., 1988: 19).

Dentro dessa perspectiva, o processo de urbanização incorporou áreas até então distantes, tanto sob o ponto de vista espacial quanto tecnológico, como a Amazônia. Martine e Turchi (1988: 161) atestam que a Região Amazônica como um todo sofreu um aumento migratório após a década 1970, fluxo este promovido pela fase ascendente de um

ciclo extrativo, estimulado por um conjunto de ações governamentais que visavam incentivar a ocupação maciça do território amazônico – tanto por projetos agropecuários como pelo fortalecimento da industrialização e comercialização da Zona Franca de Manaus. Estes autores ainda afirmam que em algumas áreas este crescimento populacional foi mais evidente, como nas cidades de Belém e Manaus, no Território de Rondônia, Sul do Pará entre outros.

Embora a Região tenha uma antiga reputação de ambiente rural que perde Floresta, a Amazônia tem sido considerada urbana desde 1980. Uma famosa descrição da urbanização da Amazônia foi realizada por Bertha Becker, a qual declarou a Amazônia como “Floresta Urbanizada” (Becker, 1985). Mesmo que a população urbana esteja concentrada em cidades que não oferecem serviços urbanos suficientes para atender sua população, tais como água encanada e esgoto, estas são ainda consideradas cidades (Becker, 2005, p.73). Ressalta-se que enquanto a maior parte das cidades da Amazônia são produtos das transformações observadas nos últimos 30 anos, as cidades da região da várzea dos rios Solimões e Amazonas, grandes e pequenas, compreendem 300 anos de história de formação urbana, economia de recursos, além de experimentarem as transformações dos últimos 30 anos.

Estas mudanças têm levado a intensificação das conexões sociais e econômicas entre famílias e comunidades residindo em áreas urbanas e rurais. Neste sentido, a extensão de relações sociais e familiares formam um continuum entre os espaços rural-urbano criando assim unidades domésticas multi-locais com intenso grau de movimento e influência em decisões econômicas e de uso da terra (Padoch et al., 2008). Entender as dinâmicas sócio-ambientais na Amazônia contemporânea requer atenção às relações intrínsecas criadas pelo contínuo rural-urbano e às relações no sistema urbano regional.

Pesquisa realizada por Brondízio et al. (2008), nas comunidades rurais do município de Ponta de Pedras (Pará), mostrou que durante as duas últimas décadas, a expansão e intensificação do mercado de fruto do açaí têm sido decisivas nas decisões familiares em relação à migração e ao uso da terra. Por exemplo, o acesso a recursos e oportunidades econômicas têm permitido que famílias rurais sem-terra (ex-meeiros) consigam investir em residência urbana e abrir novas opções de educação para a família, porém, em muitos casos, sem perder a relação com a área de produção rural. Entretanto, a qualidade da infra-estrutura, acesso limitado a bens de consumo, carência de oportunidade de trabalho levantam questões importantes quanto aos impactos sociais e

ambientais da expansão das pequenas cidades ocasionado por estas migrações além de existir uma carência de estudos sobre a vida das famílias que mudam-se para as cidades com carências de infraestrutura e inseridas em uma economia informal.

Nesse sentido, esse artigo pretende apresentar um estudo de uma cidade considerada de pequeno porte, localizada no estado do Pará, na região do estuário do rio Amazonas: Ponta de Pedras. Essa cidade foi selecionada para podermos fazer o contraponto entre economia urbana versus e qualidade e modos de vida e, ao mesmo tempo, tentarmos estabelecer se a situação econômica do município, como segundo produtor nacional de açaí, resulta em perfis de moradores urbanos e redes sociais específicas.

2. As Pequenas Cidades da Amazônia: Que Urbano é Esse?

De acordo com o IBGE (2012), entre 1970 e 2010, a população urbana da Amazônia Legal, a qual congrega nove estados e 771 municípios, apresentou um crescimento de 575%. Em 1970, essa população correspondia a 37% da população total e, em 2010, representava 84%. Essas áreas urbanas apresentam carências de infraestrutura e de serviços básicos (Guedes et al., 2009; Costa e Brondizio, 2009). Além desses aspectos, ressaltam-se as especificidades desse urbano.

As cidades na Amazônia sempre tiveram importância para o desenvolvimento regional. De início eram cidades portuárias, quando Belém e Manaus serviam como portos de exportação para o exterior. O local de produção eram os seringais, enquanto as cidades exerciam a função comercial, o que caracteriza o urbano na Amazônia como local de fluxos econômicos, função adquirida no período da borracha (Castro, 2009, p. 18).

Além da ação estatal marcante na Região, as cidades ganharam novas possibilidades de mercado e de trabalho, o crescimento urbano e surgimento de novas cidades independente do seu tamanho populacional, e um local de contradições sócio-econômicas, como as diferenças de distribuição de renda (Castro, 2009). Segundo a Autora acima, as cidades ainda mantinham uma posição importante pelos seguintes aspectos: infra-estrutura, serviços oferecidos, local de circulação de trocas materiais simbólicas, além das festas religiosas que movimentavam seu hinterland (Castro, 2009, p. 30).

As cidades amazônicas são, predominantemente, de pequeno porte. Essas pequenas cidades, “apesar de possuírem economia frágil, forte dependência do repasse

dos subsídios do governo federal, e baixa competência em oferecer serviços e equipamentos urbanos, tais como educação, saúde e infraestrutura, cumprem um papel importante na rede urbana da Amazônia” (Costa e Brondizio, 2009). Essas cidades funcionam como possibilidades de melhoria de vida para famílias que podem acessar os serviços urbanos e as oportunidades de emprego que são deficientes ou, até mesmo, inexistentes nas áreas rurais.

Estas cidades se multiplicaram, ainda que sejam pequenos núcleos emancipados e que dependem de repasses de recursos públicos do Governo Federal. Em 1960, na Região Norte, eram 165 cidades; em 2000, houve um aumento para 449 cidades, e o tamanho médio destas cidades diminuiu, pois de 5,2 mil habitantes, em 1991, houve uma diminuição na média para 2,07, em 2000. São cidades com fraca infraestrutura, ausência de saneamento básico, e de serviços sociais que atendam à população, principalmente a população jovem (Oliveira e Schor, 2008, p. 18).

As paisagens destas cidades guardam diferentes estágios que designaram a ação de seus agentes produtores, e, ao mesmo tempo em que mantém algumas características homogêneas, são muito mais marcadas pelas relações sociais que lhes dão um sentido único. A natureza é marcante e privilegiada, mas sua existência real se dão por estas relações sociais, e o que é natural “esvai-se e o que fica é construído artificialmente” (Oliveira e Schor, 2008, p. 19). Estas cidades não comportam visões únicas sobre a realidade, não são um laboratório fechado, daí o fato, segundo Oliveira e Schor (2008, p. 19,20), que o urbano na Amazônia não está nas pautas das agências ambientais, sendo tratado como se não existisse.

As cidades da Amazônia ainda se diferenciam pelo seu padrão espacial, segundo Trindade Junior et al (2008, p. 37). Classifica-se em três padrões: o padrão ribeirinho orientado direta ou indiretamente pelo rio; o padrão espontâneo como os que não obedecem a uma orientação referencial devido sua construção aleatória que seguiu a necessidade e interesses de apropriação espacial de seus diferentes agentes; e padrão pré-definido com as frações diferenciadas do espaço em relação a evolução histórica, geralmente loteamentos públicos ou privados.

Nem toda cidade é ribeirinha, mesmo que seja margeada por um rio. A cidade ribeirinha tem seus traçados de ruas ligados ao rio, pois vão de encontro ou terminam nele, como também toda a dinâmica da cidade está ligada ao movimento das marés, ao tempo da natureza. Seu padrão de ocupação foi rio/várzea/floresta. A cidade beira-rio

desenvolveu-se de costas para o rio, como a cidade de Belém, e sua dinâmica está ligada á fatores externos, às rodovias e a terra firme, com o padrão de ocupação rodovia/subsolo/terra-firme. As cidades ribeirinhas têm ligações identitárias com o lugar demonstrado em seu modo de vida, como a interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos: uso doméstico; fonte de recurso material; uso para o lazer; e representação simbólica (Trindade Junior et. al., 2008, pág. 39).

O elemento urbanístico que representa uma cidade ribeirinha é o porto, como local de partida e chegada. O trapiche compõe esta paisagem inicial, e depois vem a sensação do espaço caótico. Logo após, vem a feira, os fluxos, que juntos, marcam a dinâmica da cidade:

Ainda, neste sentido do deslocamento, existe uma estreita ligação com as famílias nas áreas rurais, como também, atividades agrárias no meio urbano, com atividades de agricultura, como pode-se constatar em casas que em seus quintais cultivam produtos da floresta. “Isso porque o urbano na Amazônia é heterogêneo: e uma mistura de estilos de vida rural e de vida na aglomeração, reforçada pela enorme diversidade de produtos extrativos que compõem o conjunto importante de bens que circulam no meio urbano. Para alguém de fora da região, isso evoca elementos tradicionais numa sociedade em processo de mudança” (Nunes, 2008, pág 55)

Entretanto, apesar de observarmos as cidades da Amazônia com a ausência de infraestrutura, um aspecto de sua paisagem com aparência caótica, ou o rural-urbano, o modo de vida urbano é um elemento atraente para esta sociedade. Pode-se perceber, que num local que não sofreu as grandes transformações industriais, econômicas e políticas como na Região Sudeste, e ser uma área “virgem”, a Amazônia é uma região aberta ao novo, as novidades e o recebe facilmente (Santos, 2004, p. 273).

Além da ação estatal marcante na Região, as cidades ganharam novas possibilidades de mercado e de trabalho, o crescimento urbano e surgimento de novas cidades independente do seu tamanho populacional, e um local de contradições socioeconômicas, como as diferenças de distribuição de renda (Castro, 2009). Segundo a Autora acima, as cidades ainda mantinham uma posição importante pelos seguintes aspectos: infraestrutura, serviços oferecidos, local de circulação de trocas materiais simbólicas, além das festas religiosas que movimentavam seu hinterland (Castro, 2009, p. 30).

Desta maneira, o olhar sobre a Região, ao invés de caos ou subdesenvolvimento, pode ser um novo olhar de vida, cidade, planejamento, ainda que a lógica global só permita enxergar lugares homogêneos, modelos prontos, desenvolvimento à custa de uma cidade produzida para poucos e reproduzindo a cidade ilegal, como se percebe atualmente. “Na compreensão das cidades ribeirinhas da Amazônia, para além da paisagem aparente, é preciso atravessar o rio, pois do outro lado há sempre esperança. A complexidade da sociedade contemporânea não nos permite compreender a Amazônia apenas relacionando-a a crise, emersa no diagnóstico das carências, mas também como virtualidades e possibilidades” (Oliveira, et al, 2008, pág. 23, 24).

3. A cidade de Ponta de Pedras no Contexto Urbano da Amazônia

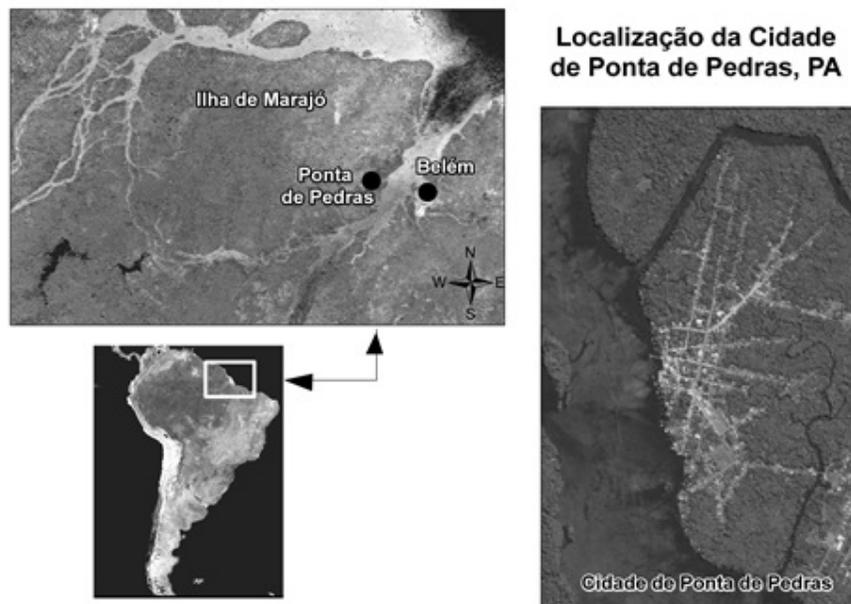
O município de Ponta de Pedras se encontra pertence ao conjunto dos municípios considerados pequenos em termos demográficos. Localiza-se na Ilha de Marajó, na região estuária da Amazônia Legal, aproximadamente a 60 km da capital Belém - PA (Figura 1). A cidade foi fundada, em 1737, com o nome de Vila de Mangabeira, e emancipada, como município, em 1877. Suas atividades econômicas inserem-se nos vários períodos econômicos pelos quais passou, historicamente, a Região Norte: exploração da borracha, uso de produtos florestais, extração do palmito, produção da mandioca, produção bovina, e a recente produção intensiva do açaí. Sua economia refletiu-se e influenciou na dinâmica da população local.

Sua História é o reflexo dos períodos de ocupação da Região Amazônica, desde o período colonial, no século XVII, com a exploração das drogas do sertão e fundação de Belém. Com o objetivo de localizar-se na História macro do país, propõe-se, neste capítulo, apresentar a História do Município de Ponta de Pedras em quatro fases: Início da Ocupação da Amazônia; Período da Borracha; Século XX e a Urbanização Diferenciada; e Século XXI e a Contradição do Global e o Local.

Sua forma e modo de vida urbana são peculiares, e a cidade funciona, para famílias das áreas ribeirinhas da região, como uma extensão de suas residências. O crescimento urbano é caracterizado por casas precárias erguidas sob hastes de madeira, as chamadas “palafitas”, por ruas não asfaltadas e rede de esgoto a céu aberto. A disponibilidade de água encanada e rede de esgoto variam de acordo com o estágio de

ocupação. Entre muitas das casas existentes na área urbana, ao longo da várzea, há açazais como se fossem jardins (figura 2). Nas áreas de várzea, o uso do solo urbano é marcado por construções mistas (de madeira e alvenaria) ao longo de estradas escurecidas pelo açáí disperso.

Figura 1 - Localização da área de estudo



Fonte: Costa et al.(2012).

Figura 2 - Casas com açazais nos seus quintais.



Fonte: autores(2009).

Avenidas sem asfalto com buracos cobertos pela água da chuva são comuns na cidade. Ao mesmo tempo, com pouca infraestrutura, a cidade tem a aparência de novidade, e a impressão da população aceitar esta condição física. No meio dessa paisagem deteriorada, comércios novos, lan houses, e construções de prédios comerciais, demonstram a receptividade ao novo pela Região Amazônica.

No final de cada rua e avenida, consideradas terra firme, inicia-se a área de igarapés (Figura 3), com casas de palafitas, com o encanamento da água exposto, presença de matos, e muitas árvores nos quintais das casas. Nesses locais, as ruas são pontes de madeira que conectam a entrada das casas. Algumas casas têm telhados de zinco e outras de sapê. No local, há ausência de saneamento básico, com apenas o encanamento da água em péssimas condições.

Figura 3- Casas de palafitas em áreas de igarapés.



Fonte: autores (2009).

O município de Ponta de Pedras é o local das virtualidades e das possibilidades, ou seja, neste momento, ao invés de observar a Amazônia como um local de carências, pode-se observar como uma nova possibilidade de planejamento, de estilo de vida urbano, ainda que a influência global permita enxergar apenas os mesmos modelos de desenvolvimento (Oliveira e Schor, 2008, p. 24). Assim, o Brasil permanece entre o global e a identidade do local em toda a sua pluralidade e belezas naturais.

3.1. O Crescimento da Cidade

Em 1920, com 6.683 habitantes, o município de Ponta de Pedras sofreu forte impacto com o auge e a falência da atividade econômica da borracha. Substituída pela economia bovina, em 1940, houve um crescimento da população de aproximadamente 72%, sendo, neste momento, predominava a população rural, a qual representava 89% da população total. A população total flutuou entre 10 e 15 mil habitantes até 1970, estando ainda muito marcada pela predominância rural. Com o surgimento da economia do açaí, em meados dos anos 1970's, o município apresentou um crescimento urbano e uma crescente migração proveniente de Belém. Entretanto, ao mesmo tempo que o açaí se valorizava e dominava a economia regional, particularmente desde meados dos anos 1990's, Ponta de Pedras não obteve um crescimento de sua população urbana quanto também rural

Entre 1969 e 2010, a pequena cidade de Ponta de Pedras cresceu, em área, 100%, apesar desse crescimento significar um aumento de 1,3Km² à área urbana inicial. No mesmo período, houve um incremento à população urbana de 10.421 habitantes, representando um aumento de 520% à população existente, em 1970, a qual era de 2003 habitantes. Este crescimento urbano foi, particularmente, expressivo entre 1991 e 2010, quando a área urbana cresceu 126% e a população urbana mais que 111%. Observa-se, nesse período, uma intensificação da importância do açaí no mercado mundial e de sua produção no município. De acordo com o IBGE (2012), em 1997, Ponta de Pedras produzia 8.700 toneladas/ano de açaí; em 2008, essa produção passou para 10.906 toneladas, e para 13.197, em 2010, o que representou um aumento de 51,6%, em 13 anos, coincidindo com a intensificação do crescimento urbano. Esse crescimento não se refletiu em melhorias urbanas.

Ao longo do período analisado, considerando a taxa de crescimento urbano, ou seja, crescimento da área urbana em relação à área urbana total dos setores censitários, os setores antigos, considerados consolidados em termos de ocupação (1, 2 e 4), apresentam pequenas taxas de crescimento. Entre 1979 e 1991, os setores 3 e 5 apresentaram as maiores taxas de crescimento. O setor 3, nos períodos subsequentes, continua a apresentar elevadas taxas de crescimento. Entre 2002 e 2009, os setores 20 e 21, afastados da área central, assim como o setor 3, cresceram mais do que os outros setores. É

um crescimento caracterizado por pequenas casas de madeira, conhecidas como palafitas, com ruas não pavimentadas e rede de esgoto a céu aberto. A disponibilidade de água encanada e rede de esgoto variam de acordo com o estágio de ocupação.

Em 2010, foi realizado um survey, durante o qual foram aplicados questionários a 352 domicílios urbanos, correspondendo a uma amostragem de 11% (intervalo de confiança de 95%), com o objetivo de levantar o perfil populacional, fluxos econômicos, situação do domicílio em relação à infraestrutura, entre outras informações. Observamos que há carências estruturais que ampliam a necessidade de extensão do sistema de água encanada e da rede de esgoto, por exemplo, sendo que a qualidade do serviço oferecido varia de acordo com o setor da cidade no qual se insere, relacionando-se ao estágio de ocupação da cidade e investimento público.

Pode-se perceber que 100% dos domicílios do perímetro urbano possuem eletricidade, apesar dos moradores reclamarem que há corte de luz, periodicamente; 88% possuem água encanada, entretanto, os moradores definem o serviço de abastecimento como precário; apenas 12% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto, não existindo tratamento dos efluentes domésticos, os quais são despejados, in natura, nos rios e igarapés, como pode ser observado. Nessa figura, percebe-se que há eletricidade em toda a cidade, entretanto ainda há forte presença de fossas, não sépticas, e de esgoto lançado nos igarapés, in natura. A precariedade, ou ausência, de infraestrutura urbana em relação ao saneamento básico acarreta graves problemas à população no que se diz respeito às doenças infecciosas derivadas de diversos agentes patológicos propícios a esse ambiente.

Ressalta-se que, em função da precariedade das condições de vida existentes na cidade de Ponta de Pedras, a somatória das carências possibilita a formação de um ambiente de vulnerabilidade socioambiental. Nesse ambiente de carência de infraestrutura também residem as famílias com menor poder aquisitivo da cidade. De acordo com o survey, realizado em 2010, a renda familiar de 86,3% dos domicílios que não possuem acesso à rede de esgoto é de até dois salários mínimos¹.

Nesses locais, o esgoto é lançado nos mesmos igarapés onde a população, tradicionalmente, se banha e coleta água para consumo doméstico (lavagem de roupa e de louças). Infelizmente, dados de doenças vinculadas a esse tipo de ambiente não existem pois, de acordo com informações da Secretaria de Saúde Municipal, fornecidas em julho

¹ Em julho de 2010, um salário mínimo correspondia a R\$ 510,00.

de 2012, por meio de entrevista, os médicos não preenchem os relatórios que poderiam subsidiar essas análises.

A cidade de Ponta de Pedras apresenta um quadro social preocupante, apesar de observarmos, entre 2011 e 2012, a implantação de políticas públicas no sentido de minimizar esse quadro. Durante o trabalho de campo, realizado em julho de 2012, constatamos ações para facilitar a atuação de agentes de saúde e de coleta de lixo, nas áreas onde predominam as palafitas. Nesses bairros, a Prefeitura promoveu o aterro da várzea (figura 4), nas áreas conhecidas como “pontes” que funcionavam como rua.

Figura 4 - Fotografia das ruas que estão sendo aterradas pelo poder público local: rua 24 de outubro em (a) 2010; (b) 2012



Fonte: autores (2012).

As “pontes” são uma alternativa muito usual, proposta pelos moradores e gestores públicos que permitem a ocupação da várzea e o trânsito de pedestres. Entretanto, serviços públicos, tais como coleta de lixo doméstico e trânsito de ambulâncias, não correm nesses locais. São ações que podem ser questionadas, sob a ótica ambiental, mas que, visivelmente, atendem às necessidades mais prementes da população e que podem facilitar a implantação de uma infraestrutura mínima, como coleta de esgoto e fornecimento de água tratada.

O crescimento da cidade ocorre sem que as políticas públicas necessárias sejam estabelecidas no campo da infraestrutura, saúde e habitação, não apenas em Ponta de Pedras, mas em várias outras cidades amazônicas. Estabelecer políticas públicas que visem amenizar os contrastes sociais urbanos, tendo como alvo os grupos que vivem em

condições precárias, é diferencial para qualidade de vida da população. Entretanto, diferentemente do processo verificado em outras regiões, o processo de urbanização na Amazônia reflete, acima de tudo, as condições de pobreza urbana.

No entanto, as cidades ainda oferecem uma perspectiva atraente para muitos, se não a maioria da população da Região. Famílias acessam nas cidades principalmente saúde, educação e emprego, mesmo o informal, oportunidades que são ainda mais precárias em áreas rurais.

3.2.Relações Sociais e Modos de Vida

O município de Ponta de Pedras é o segundo maior produtor de açaí do país (IBGE, 2012), responsável por 10% da produção nacional. Essa produção atende uma demanda de exportação que ultrapassa as fronteiras do país, ainda que faça parte de um mercado informal local e regional.

Cabe ressaltar que, apesar da importância econômica, a produção do açaí não gera recursos, de forma direta, para o Município, pois é considerada “atividade extrativista² em área de proteção ambiental”, o que impossibilita a cobrança de impostos sobre a produção. No entanto, o comércio do açaí abriu muitas possibilidades de aumento da renda familiar, fazendo com que o pequeno produtor (produção familiar), principalmente, consiga acumular recursos suficientes para viver na entre-safra, que ocorre, na região, entre fevereiro e agosto.

Como verificado por Padoch et al. (2008), nas comunidades rurais, também observamos que na cidade de Ponta de Pedras o acesso aos recursos e oportunidades econômicas, em função da produção do açaí, têm permitido que famílias rurais consigam investir em residência urbana e abrir novas opções de educação para a família, porém, em muitos casos, sem perder a relação com a área de produção rural. A importância da produção do açaí na vida dessa população pode ser percebida quando foi perguntado, aos entrevistados, se possuíam atividades relacionadas a esse produto.

As respostas reproduzem o que se verifica em outras pequenas cidades da Região do Estuário, apesar de deixar transparecer a importância da atividade econômica vinculada ao açaí para essa população: 97% dos entrevistados responderam que possuem

² A produção de açaí não é considerada, por vários autores, uma atividade extrativista e sim caracterizada como produção intensiva.

algum tipo de remuneração, sendo que, desse total, 68% desenvolvem atividades caracterizadas como informais, 16% são funcionários públicos (estadual ou municipal) e 13% são aposentados e 3% desenvolvem outras atividades. Verificamos que 32% dos entrevistados possuem atividades econômicas vinculadas ao açaí, entre eles, proprietários de “sítios” produtores, “batedores de açaí”, que produzem a polpa, e marreteiros, que compram o açaí das áreas produtoras do município ou de outras regiões (como Amapá ou Amazonas) para revender na cidade ou em Belém.

Observamos a influência da atividade vinculada ao açaí, e de benefícios federais, na vida dos moradores urbanos e no crescimento de Ponta de Pedras. Uma “cidade da floresta” (Trindade Júnior 2010), ribeirinha por natureza, a cidade de Ponta de Pedras tem se transformado em função da circulação de recursos provenientes da comercialização do açaí e de programas sociais, do Governo Federal, como “bolsa família”.

Em relação à questão “qual é a fonte de renda” e “qual é o total de rendimentos da família”, aproximadamente 70% dos entrevistados responderam que recebem até dois salários mínimos (US\$ 243,86) e 57,3% assinalaram, como principal fonte de renda, atividades reconhecidas como informais (produção e venda de açaí, empregadas domésticas, vigilantes, vendedor de produtos Avon e Natura, construção civil, marcenaria, entre outros) e/ou bolsa família, um programa assistencialista do Governo Federal, que atende mais de quatro milhões de famílias no Brasil. Ressalta-se que 21% dos entrevistados são funcionários públicos e 10% vivem de aposentadoria. Esse quadro retrata a realidade de outras pequenas cidades da Amazônia, como ressaltado por Guedes et. al. (2009) e Costa e Brondizio (2009) e Trindade Jr. et al. (2008). Apesar de pequenas, os seus moradores conseguem encontrar meios para garantir a sobrevivência diária. Esses resultados nos permitem perceber também a flexibilidade da população em relação à geração de recursos, fazendo da informalidade o caminho alternativo diante da inabilidade do setor público em fomentar a geração de empregos no local. Importante perceber que o Programa Bolsa Família apresenta-se para muitas famílias como única fonte de renda garantida e tem possibilitado, para estas famílias, a abertura de crédito no comércio local e aquisição de bens duráveis, tais como motocicletas e celulares.

Segundo Brondizio (2008), o açaí ganhou importância como alimento durante os últimos 30 anos, e o estuário do Amazonas passou a experimentar o que, segundo o autor, o que Hiraoka (apud Brondizio, 2008) chamou de "açaízation" ou a expansão da

produção de açaí no estuário ecossistemas. De acordo com o autor, dentro de um raio de 10 km em torno da Ilha de Marajó, incluindo o município de Ponta de Pedras, a área de produção de açaí intensivo agroflorestal aumentou de cerca de 1100 ha, em 1985, para cerca de 2150 ha, em 2000, e estima-se que agora ocupe mais de 4000 ha. Esta última estimativa representa mais de 75% do total da área de floresta de várzea na área analisada. No nível comunitário, comunidades ribeirinhas têm 75% ou mais de seus territórios sob cobertura florestal, na maior parte, com manejo para a produção de açaí.

O “boom” no consumo de açaí e a produção representam talvez o caso mais impressionante de um alimento extrativista a apoiar um crescimento da renda de uma população urbana, e estimular a intensificação e expansão de um sistema de produção de base florestal em todo o estuário.

Dentro desse contexto insere-se o município de Ponta de Pedras, o qual a comercialização do fruto do açaí contribui de maneira direta para fomentar a economia urbana do município. Constatamos que essas transações são realizadas no mercado informal, sendo possível identificar uma cadeia de comercialização da polpa do fruto, que varia desde o fruto bruto até a comercialização da polpa para consumo, realizada em “vendas” locais na cidade, as quais totalizavam, em 2012, 21 estabelecimentos.

Costa et al. (2012) haviam discutido que em relação ao local de origem dos moradores urbanos, 65% nasceram na cidade de Ponta de Pedras e, conseqüentemente, sempre viveram na área urbana do município; 12% vivem na cidade a menos de dez anos. De acordo com os autores, a maioria dos moradores é, por nascimento, urbano e mantém vínculos familiares e redes sociais com a área rural (71% dos entrevistados nascidos na cidade).

Por meio dos questionários aplicados, tentamos identificar se as famílias entrevistadas possuíam parentes residentes nas comunidades rurais e 77% dos entrevistados responderam positivamente à questão “possui parentes nas áreas rurais (interior)”, sendo que 72% desses responderam que seus familiares encontram-se em comunidades rurais localizadas no município de Ponta de Pedras. As respostas nos levam a crer que há laços muito fortes entre os moradores da cidade e seus familiares no interior, pois 80% dos entrevistados responderam que estabelecem algum tipo de comércio com os parentes do interior e estas relações estão vinculadas à produção ou ao comércio do açaí. As relações são intensas, entretanto não para receber ou enviar recursos financeiros. São relações importantes para a manutenção de suas conexões com a produção do açaí, sendo

estas mais frequentes durante o período de safra do produto. Assim, os laços existentes propiciam aos moradores urbanos manter suas referências familiares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações comerciais, que propiciem melhoria de renda familiar.

Nesse sentido, Ponta de Pedras se apresenta como uma referência urbana para os moradores do entorno do município, numa região em que as distâncias são maximizadas pelas águas. Para se ter uma noção, do extremo norte do município até a cidade-sede Ponta de Pedras, leva-se em torno de 24 horas de barco. Nesse contexto, a cidade, próxima dessas realidades, supre as necessidades mais imediatas da população e as demandas mais específicas, como atendimento à saúde, deixam a desejar. O hospital municipal atende precariamente a população local e está em reforma há três anos, sendo que o repasse da verba para a reforma já foi efetivado. Assim, resta aos moradores, encontrar alternativas para este problema: 41% dos entrevistados deslocam-se para a cidade de Belém, maior centro urbano regional, mensalmente e 40% raramente, sem uma periodicidade estabelecida, e, predominantemente, essas viagens são, exclusivamente, para receber atendimento médico (44%) ou para tratamento da saúde associada a outros motivos (30%).

Estas características apresentadas nos levam a perceber o particular de Ponta Pedras na reprodução de aspectos gerais, típicos das cidades pequenas da Amazônia. O geral refere-se à precariedade dos serviços públicos oferecidos, assim como dos investimentos do governo municipal na melhoria desses serviços, tais como educação, saúde e saneamento básico, que poderiam se reverter em qualidade de vida para a população (Lima et al., 2012; Montoia et al., 2012; Costa et al., 2011). A dependência dos repasses dos recursos da União, comum a esses municípios, também se manifesta em Ponta de Pedras, situação essa que, associada à “inabilidade” administrativa local e deficiência de instrumentos de fiscalização federal, amplia os problemas sócio-estruturais verificados na cidade.

Ao mesmo tempo, as particularidades de Ponta de Pedras apontam novas possibilidades de melhoria social para a população local. A produção do açaí, que pode se transformar numa importante fonte de recursos municipais, se apresenta como um “sopro de esperança” na vida dos pontapedrenses. A manutenção das relações familiares urbano/rural também são potencialidades de mudança para essa população urbana pois permitem, por meio dessas conexões, a geração de recursos que complementam a renda familiar (em muitos casos, é a única fonte de renda) ou a alimentação básica, pois há,

comumente, o envio de mantimentos (frutas, verduras, camarão e açaí) de famílias do rural para seus parentes no urbano.

Entretanto, para que essas particularidades sejam catalisadas e alavanquem a economia local, é preciso haver mudanças no comportamento da administração pública municipal no sentido de querer alterar o “curso da vida” dessa “cidade da floresta”. Para isso, não basta apenas ter os recursos e sim mudar as práticas políticas, que ainda nos remetem ao início do século XX, na Região. A população, por questões históricas, demora para, ou prefere não, perceber as falhas administrativas. Alguns exemplos mais recentes, que vão desde o processo de distribuição das casas do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, até a interrupção da construção desses casas e o abandono da obra pela empresa responsável, sem justificativa aparente e sem reação do Poder Público Local (Rangel et al., n.d.), demonstram a necessidade urgente de revisão dessas práticas políticas mencionadas.

Assim, apesar de Ponta de Pedras apresentar particularidades que podem apontar novas direções para tornar possível as mudanças sociais, se não houver, também, mudanças nas práticas políticas locais, será apenas mais uma cidade ribeirinha, com os problemas usuais, sem perspectivas de transformações socioeconômicas.

4.Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. Fronteira e Urbanização Repensadas. 1985.Revista Brasileira de Geografia, 51 (3-4):357-371.

BRONDIZIO, E. S. 2008. The Amazonian Caboclo and the Açaí palm: Forest Farmers in the Global Market. New York: New York Botanical Garden Press.

CASTRO, E. 2009. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (ORG.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 352 p.

COSTA, S. ; BRONDIZIO, E. 2009. Dependência Inter-urbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infra-estrutura e Redes Sociais. In: REDES, v. 14, n. 3, p. 211 – 234, set./dez.

COSTA, S. M. F. ; MONTOIA, G. ; RANGEL, J. A. ; LIMA, V. M. ; ISSA, P . 2012. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento

Urbano e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. IN: REDES, V. 17, P. 56-74.

COSTA, SANDRA ; RANGEL, J.A. ; MONTOIA, G. ; LIMA, V. M. ; ISSA, P. 2011. Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades em Ponta de Pedras, estado do Pará. In: XII SIMPURB - Ciência e Utopia, 2011, Belo Horizonte. XII SIMPURB - Ciência e Utopia. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Geografia.

GUEDES, GILVAN; COSTA, SANDRA M. F. DA; BRONDIZIO, EDUARDO. 2009. Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach. In: Population and Environment, v. 30: 159-192.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2012. Censo online. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em junho de 2012.

MARTINE, GEORGE.; CAMARANO, ANA. A.; NEUPERT, RICARDO; BELTRÃO, KAISÔ. 1988. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

MARTINE, GEORGE.; TURCHI, LENITA. 1988. A urbanização da amazônia: realidade e significado. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

NUNES, BRASILMAR F. 2009. A interface entre o urbano e o rural da Amazônia brasileira. In: Castro, Edna (org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 352 p.

OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR. 2006. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: Ciência e Cultura, v.58(3), São Paulo, Jul/Set.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. 2008. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA.

PADOCH, CHRISTINE; BRONDIZIO, EDUARDO; COSTA, SANDRA M.F. DA.; PINEDO-VASQUEZ, MIGUEL; SEARS, ROBIN R.; SIQUEIRA, ANDRÉA. 2008. Urban Forest and Rural Cities: Multi-Sited Households and Consumption of Forest Resources in the Amazon. Ecology and Society 13(2): 2.

PINEDO-VASQUEZ, MIGUEL; ZARIN, DANIEL; COFFEY, KEVIN, PADOCH, CHRISTINE; RABELO, FERNANDO. 2001. Post-boom timber production in Amazonia. *Human Ecology* 29: 219-239.

SANTOS, MILTON; SILVEIRA, MARIA L. 2004. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Record.

TRINDADE JR., S-C. C. . 2010. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 51, p. 113-137.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. 2008. Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa(orgs).2008. *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.